

Cadernos
MUrb
Morfologia
Urbana
estudos da cidade portuguesa

Os Elementos Urbanos

1

1

Carlos Dias Coelho

Arquitecto; doutorado em Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa; docente da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa; coordenador do grupo de investigação FORMA URBIS Lab.

O Tecido

Leitura e interpretação

13

1. Introdução

Qualquer conceito de cidade inclui imperativamente a questão da sua materialidade como objecto construído, o suporte de todas as actividades e vivências que aí se desenvolvem e que se organizam colectivamente.

Esta questão da forma urbana é colocada sempre que se reflecte sobre a cidade, procurando a maioria das vezes articular a leitura da cidade experimentada, aquela que conhecemos pela experiência do quotidiano, e a projecção de uma cidade desejada.

As reflexões realizadas por Aristóteles, Vitruvius, Alberti, Descartes, Sitte, Le Corbusier, Sartre, Koolhaas, entre muitos outros, são disso exemplo. Expressam visões muito distintas sobre a forma da cidade existente e ainda mais divergentes quando procuraram antever ou propor a cidade do porvir.

Desde a segunda metade do século XIX a questão passou a ter a urgência da contribuição para as respostas ao crescimento explosivo das cidades, assim como à sua transformação num organismo cada vez mais complexo em termos de organização, e consequente gestão, numa dinâmica de evolução cada vez mais acelerada.

Tida como exemplo a seguir ou a contrariar, a cidade existente constituiu sempre o pano de fundo dos diferentes modelos propostos para as amplas extensões ou reestruturações de um objecto poderoso que consistia na cidade ocidental resultante da Revolução Industrial.

Fruto da distância temporal, o que hoje pode ser posto sob um enquadramento unificador, constituiu no seu momento um debate com posições antagónicas sobre a forma da cidade e o seu futuro.

De facto, os desafios de produzir cidade do ponto de vista físico, a sua forma, ou melhor ainda a sua matéria, far-se-á em grande medida sobre a cidade existente, tendo-a como realidade a criticar ou como modelo a seguir.

A leitura metódica da forma da cidade deve ir para além dos tecidos consolidados e que mais facilmente compreendemos. Pode e deve ser realizada nos fenómenos emergentes, ajudando à compreensão de tecidos não estabilizados.

Assim, antes de mais temos de saber ler e interpretar as cidades por nós já produzidas e onde vivemos o nosso quotidiano, tanto nos aspectos que nos parecem mais estabilizados e que tomamos como referência, como nos aspectos emergentes e que temos dificuldade de imediatamente compreender. Esta produção humana fantástica na sua complexidade, eficácia e beleza que constitui o objecto urbano deve ser lida através da experiência mais directa sobre a sua matéria e é nesta medida que entra na discussão a questão do tecido urbano.

2. O tecido urbano e o entendimento da forma

O conceito de tecido urbano^[1] exprime a realidade da cidade construída, matéria com existência real e temporal, que inclui indissociavelmente o espaço e o edificado, o público e o privado, isto é, as ruas, as parcelas, os edifícios, as infraestruturas, etc., isto é, toda a cidade física.

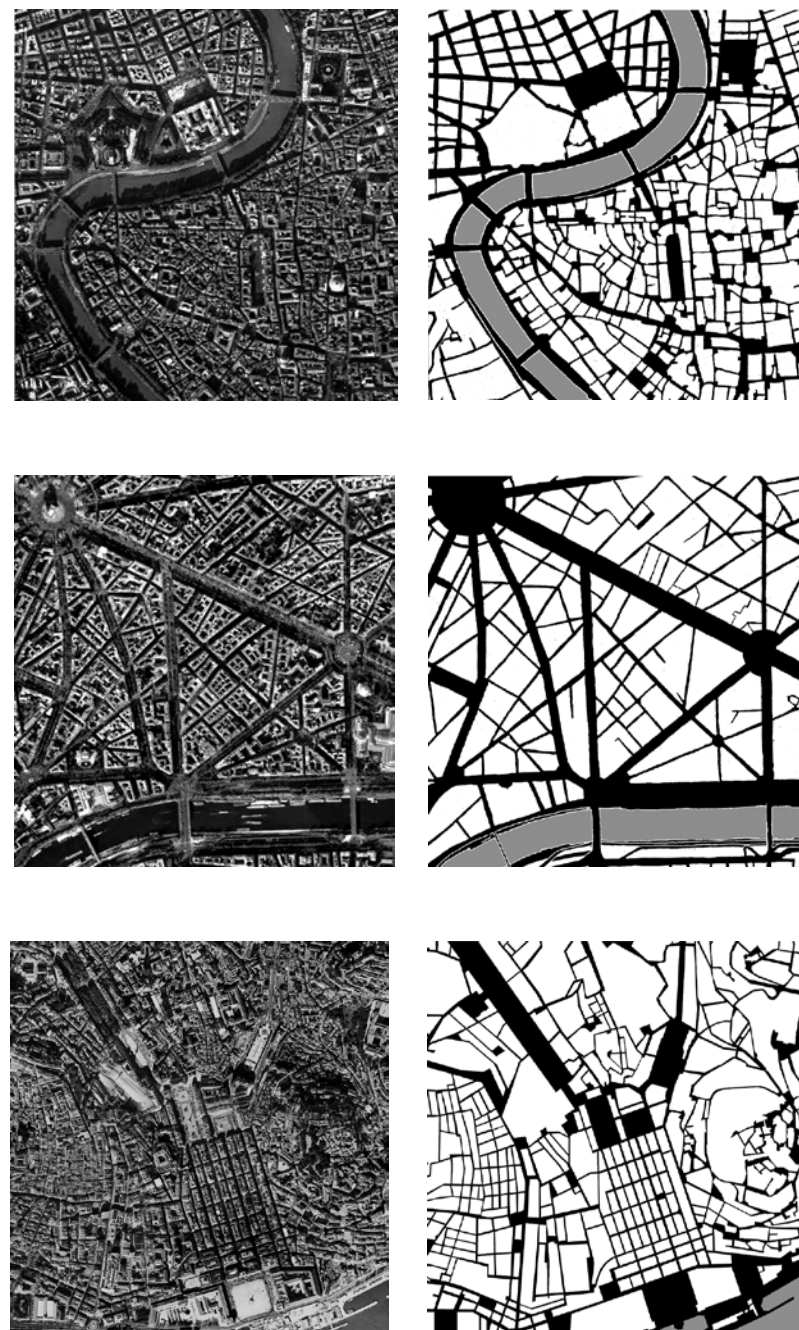
A indissociabilidade dos seus componentes remete o conceito de tecido para a realidade concreta e tridimensional, cujo desmembramento em qualquer sistema analítico e parcelar só pode ser realizado com o intuito de identificar os seus diversos elementos ou facilitar a sua leitura.

O tecido como realidade temporal condensa todo um processo evolutivo, toda uma história, que se traduz num resultado muito particular a cada momento e que explica a riqueza formal das nossas cidades.

A decomposição do tecido em sistemas ou elementos realizada no momento, abstrai todo o seu processo evolutivo e só pode ser realizada como abordagem teórica de simplificação das variáveis em presença, a fim de facilitar uma leitura interpretativa.

No entanto, a variedade dos tecidos urbanos de diferentes cidades, da mesma cidade, ou mesmo os elementos componentes de um fragmento urbano, olhados estaticamente, num momento preciso, de facto traduzem as vicissitudes da sua evolução e justificam o carácter único e irrepetível que justifica a distância entre a cidade real existente de qualquer modelo idealizado.

[1] “Tecido urbano” faz hoje parte dos conceitos utilizados em Urbanismo, sendo particularmente recorrente na análise da cidade existente. A utilização desta expressão por Muratori, Panerai e outros autores, conferiu-lhe um estatuto que obrigou à sua integração nos próprios dicionários de urbanismo. Pierre Merlin (1988) considera-a uma “expressão metafórica, assimilando as células construídas e os vazios de um meio urbano à trama dos fios de um têxtil” e que “o tecido urbano é a expressão física da forma urbana. É constituído pelo conjunto dos elementos físicos que a constituem – o sítio, a rede viária, a divisão cadastral, a relação entre os espaços construídos e livres, a dimensão, a forma e o estilo das construções – e pelas relações estabelecidas entre estes elementos. (...)”.



|fig. 1.1| Tecido e traçado urbano. Roma, Paris e Lisboa.

características fundamentais de determinado tecido homogéneo. Esta maior abstracção permite evidenciar as características físicas do tecido ao remeter para um plano secundário a relação integral dos elementos que o compõem.

Se em Lisboa recolhermos amostras de vários tecidos homogéneos [fig. 1.7], apercebemo-nos de imediato da riqueza formal da cidade e as diferentes características que os vários tecidos possuem, ao ponto de algumas amostras parecerem representações a escalas diferentes, como bem ilustram a comparação entre as amostras das Avenidas Novas e Alfama.

Uma tábua de amostras diversificada permite distinguir os tecidos que já sofreram importantes processos de sedimentação, dos resultantes de operações urbanísticas mais recentes, com destaque para os que revelam maior influência do movimento Moderno. Curiosamente, se incluirmos também amostras exteriores ao limite administrativo da cidade de Lisboa, a cidade a que já se chamou explodida, difusa, metropolitana, entre tantos outros conceitos para identificar o fenómeno urbano da segunda metade do século XX, as amostras alinham-se, de um modo geral, pelas existentes dentro da cidade administrativa, zonas densas e sedimentadas como Moscavide ou Cascais; projectadas como o plano integrado de Almada ou Santo António dos Cavaleiros; ou elementares como muitas das antigas estradas sujeitas à pressão da urbanização.

Apesar das potencialidades advindas da utilização do conceito de tecidos homogéneos, na interpretação/ estudo da forma urbana, o conceito não esgota a abordagem ao tecido urbano a partir da sua desagregação.

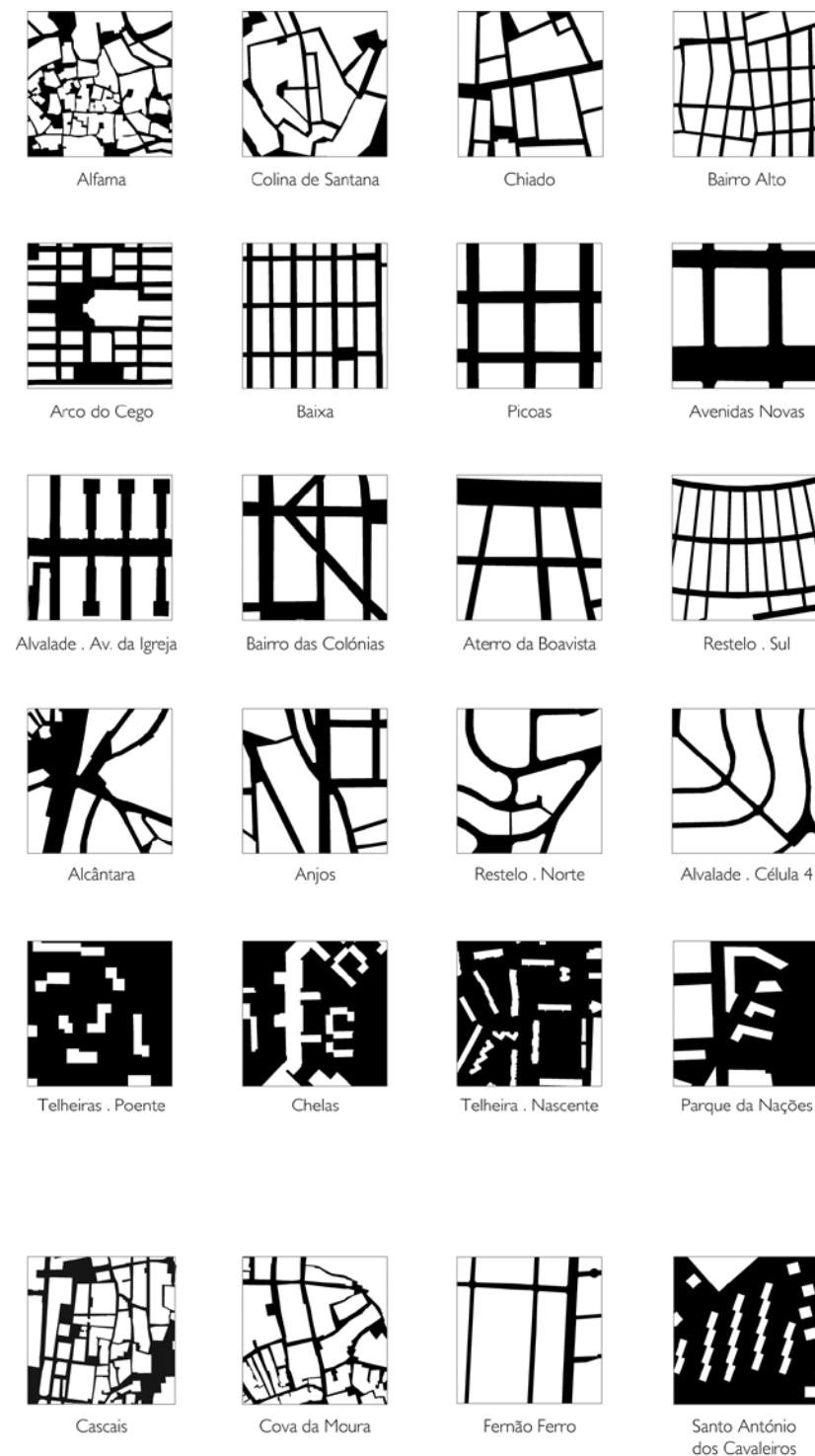
Ao definirmos os tecidos homogéneos da zona central de Lisboa [Fig. 1.8], verificamos que certos elementos excepcionais não pertencem a nenhuns dos tecidos construídos. Neste caso, vários tecidos estão simplesmente justapostos, mas articulados por elementos urbanos que não pertencem a nenhum daqueles e que em muitos casos como a rua Garrett/ Chiado, o eixo da rua do Alecrim/ Misericórdia/ D. Pedro V ou a própria avenida da Liberdade na sua parte inferior, têm uma importância hierárquica superior aos tecidos que articulam, assumindo papéis de relevo pela concentração de edificado e funções de prestígio.

4. 2. A decomposição do tecido

Certas características formais dos tecidos são mais facilmente compreensíveis a partir da sua decomposição, isto é, a partir da abstracção dos principais sistemas que os compõem ou da própria desagregação dos seus elementos urbanos.

4. 2. 1. Decomposição sistémica

A particularidade da dinâmica do tecido urbano advém da natureza dos espaços que o compõem, constituídos por uma infinidade de unidades autónomas e com interesses próprios – as parcelas – e um espaço colectivo que as estrutura – o espaço público. É esta realidade que justifica a diversidade do tecido urbano, mas também a dificuldade do seu controlo



[fig. 1.7] Amostras de traçado de tecidos homogéneos de Lisboa e área envolvente.